



VOCÊ NA  
DEFENSORIA

**VADEVUPT**

**Lei nº 13.431/17**



## **NOVIDADES DESTA VERSÃO:**

- Material atualizado até esta data.

**SEJA BEM-VINDO  
AO VND!**

**O NOSSO SONHO É  
VER VOCÊ NA DEFENSORIA!**



## VADEVUPT

# Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei nº 13.431/17.

CONTEXTO HISTÓRICO	
→ Fase legislativa do “redescobrimento da vítima”.	
<b>Fase da Vingança Privada</b>	A vítima era protagonista do conflito penal e cabia a ela o processo visando à responsabilização do acusado.
<b>Neutralização da Vítima</b>	Nomeada na era do Direito Penal moderno, onde a vítima se torna objeto do processo penal; sua vontade não é necessária para aplicação da lei contra o agressor (teorizado por Hassemer e Muñoz Conde). Vítimas são instrumentalizadas, usadas apenas para punir os réus.
<b>Redescobrimento da Vítima</b>	Decorre da criminologia crítica, destacando:
	1. <b>Política Criminal:</b> Busca maior proteção das vítimas no ordenamento penal, impõe redução de responsabilidade dos que atacam seus bens.
	2. <b>Direito Penal Material:</b> Engloba ressarcimento das vítimas e imputação da sua conduta aos fatos que causam lesão a seus bens, inclusive dentro de contextos como a Lei de Drogas.
	3. <b>Direito Processual Penal:</b> Permite modalidades de intervenção da vítima no processo penal.
<b>Lei 13.431/17</b>	Relaciona-se com a política criminal preventiva/evitando a revitimização e o direito processual penal regendo a inquirição da vítima. Constitui um microsistema de proteção para crianças/adolescentes em situação de violência, apresentações direitos e medidas preventivas.
<b>Aplicação da Lei</b>	Conforme art. 2º, p.º do ECA, abrange crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos incompletos), e pode se aplicar em algumas hipóteses a pessoas entre 18 e 21 anos.

## TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

**Art. 2º** A criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desenvolverão políticas integradas e coordenadas que visem a garantir os direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito das relações



domésticas, familiares e sociais, **para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão.**

Lei 14.344/2022 - Henry Borel - Art. 5º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente intervirá nas situações de violência contra a criança e o adolescente com a finalidade de:

- I - mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no território nacional;
- II - prevenir os atos de violência contra a criança e o adolescente;
- III - fazer cessar a violência quando esta ocorrer;
- IV - prevenir a reiteração da violência já ocorrida;
- V - promover o atendimento da criança e do adolescente para minimizar as sequelas da violência sofrida;
- e
- VI - promover a reparação integral dos direitos da criança e do adolescente.
- VII - promover a **parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias de prevenção à violência doméstica** contra a criança e o adolescente. (incluído pela **Lei n. 14.826 de março de 2024**)

Art. 3º Na aplicação e interpretação desta Lei, **serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento**, às quais o Estado, a família e a sociedade **DEVEM** assegurar a fruição dos direitos fundamentais com absoluta prioridade.

Parágrafo único. A aplicação desta Lei é **facultativa** para as vítimas e testemunhas de violência **entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos**, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .

**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, **são formas de violência:**

I - **violência física**, entendida como a **ação** infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - **violência psicológica:**

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (**bullying**) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) **o ato de alienação parental**, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, **independentemente** do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) **abuso sexual**, entendido como toda **ação** que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) **exploração sexual comercial**, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) **tráfico de pessoas**, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - **violência institucional**, entendida como a praticada por **instituição pública ou conveniada**, inclusive quando gerar revitimização.

Lei 13.869/19 - Violência Institucional (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)	
Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade: (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)	
I - a situação de violência; ou	(Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)
II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização:	(Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

V - **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022)

FORMAS DE VIOLÊNCIA		
<b>Violência Física</b>	Ação infligida à criança ou adolescente que prejudique sua integridade ou saúde corporal, causando sofrimento físico.	
<b>Violência Psicológica</b>	<b>a) Discriminação e Desrespeito</b>	Ações que envolvem discriminação, humilhação, agressão verbal, indiferença, intimidação sistemática (bullying), entre outras, afetando o desenvolvimento psíquico ou emocional.
	<b>b) Alienação Parental</b>	Interferência na formação psicológica pelo genitor ou outro responsável, prejudicando o vínculo com o outro genitor.
	<b>c) Exposição a Crime Violento</b>	Quando a criança ou adolescente é exposta ou torna-se testemunha de crime violento contra membro da família ou rede de apoio, afetando seu senso de segurança e desenvolvimento emocional.
<b>Violência Sexual</b>	<b>a) Abuso Sexual</b>	Uso da criança/adolescente para fins sexuais, seja por meio presencial ou eletrônico, incluindo quaisquer atos que visem à estimulação sexual do agressor ou de terceiros.
	<b>b) Exploração Sexual Comercial</b>	Atividade sexual em troca de remuneração ou compensação, com ou sem envolvimento de terceiro, de modo presencial ou eletrônico.
	<b>c) Tráfico de Pessoas</b>	Recrutamento ou transporte da criança/adolescente com fins de exploração sexual através de práticas ilegais como coação ou fraude, seja no país ou internacionalmente.
<b>Violência Institucional</b>	Praticada por instituições públicas ou conveniadas, que pode resultar em revitimização do sujeito que deveria receber apoio ou proteção.	

<b>Violência Patrimonial</b>	Consiste na retenção, destruição ou subtração de documentos pessoais, bens, valores, ou recursos econômicos destinados ao bem-estar da criança/adolescente, exceto quando tal prática é de caráter educacional.
------------------------------	---

Lei 14.344/2022 - Henry Borel - Art. 2º Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial

I - no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. **Para a caracterização da violência prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as definições estabelecidas na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.**

TIPOS DE VITIMIZAÇÃO	
<b>Primária</b>	Decorre direta e imediatamente da prática do crime. Afeta a vítima diretamente através de danos físicos, emocionais ou materiais causados pelo próprio ato criminoso.
<b>Secundária (Revitimização)</b>	Deriva mediatamente do crime; ocorre quando a vítima tem que reviver o contexto de violência ao ajudar na persecução penal do agressor. Trata-se da instrumentalização punitiva da vítima para punir o réu.
<b>Terciária</b>	Procede no meio social, onde a vítima é estigmatizada por ter sido vítima de um crime específico, levando a discriminação ou marginalização social.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente **serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial.**

§ 2º Os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça adotarão os procedimentos necessários por **ocasião da revelação espontânea da violência.**

§ 3º Na hipótese de revelação espontânea da violência, a criança e o adolescente **serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada no § 1º deste artigo, salvo em caso de intervenções de saúde.**

§ 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .

#### VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

1. A condição de gênero feminino é suficiente para atrair a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica e familiar, prevalecendo sobre a questão etária.
2. A Lei Maria da Penha prevalece quando suas disposições conflitarem com as de estatutos específicos, como o da Criança e do Adolescente. REsp 2.015.598-PA, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 6/2/2025, DJEN de 13/2/2025. (Tema 1186).

## TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS

**Art. 5º** A aplicação desta Lei, sem prejuízo dos princípios estabelecidos nas demais normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente, terá como base, entre outros, os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente a:

- I - receber prioridade absoluta e ter considerada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II - receber tratamento digno e abrangente;
- III - ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência;
- IV - ser protegido contra qualquer tipo de discriminação, independentemente de classe, sexo, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, nacionalidade, procedência regional, regularidade migratória, deficiência ou qualquer outra condição sua, de seus pais ou de seus representantes legais;
- V - receber informação adequada à sua etapa de desenvolvimento sobre direitos, inclusive sociais, serviços disponíveis, representação jurídica, medidas de proteção, reparação de danos e qualquer procedimento a que seja submetido;
- VI - ser ouvido e expressar seus desejos e opiniões, **assim como permanecer em silêncio**;
- VII - **receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada**, que facilite a sua participação e o resguardo contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo;

Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais - CONDEGE publicou, em 2021, o “Manual de Orientação para a Atuação dos Defensores Públicos da Infância e Juventude”:

“A criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência expressamente tem o direito de receber assistência jurídica, função esta que deve ser desempenhada pela Defensoria Pública, na forma dos artigos 4º, XI da LC nº 80/94 e resolução CNJ nº 299/2019.

Também o Art. 5º, VII, da Lei nº 13.431/17 estabelece que, nos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial, a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência tem direito de receber assistência jurídica qualificada e psicossocial especializada, que facilite a sua participação e o resguardo contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo.

E a Resolução CNJ nº 299/2018, estabelece em seu art. 18, §1º, que esta assistência jurídica deve ser prestada preferencialmente por Defensor Público ou advogado conveniado ou nomeado.

Por esta razão, a atuação da Defensoria Pública, na função de Defensor da Criança, reconhecendo a esta sua condição de sujeito de direitos, em especial do direito de opinião e participação, torna-se imprescindível.”

(In: CONDEGE. Manual de Orientação para a Atuação dos Defensores Públicos da Infância e Juventude: procedimentos de escuta especializada e depoimento especial da Lei nº 13.431/17. Brasília, 2021, p. 4).

- VIII - ser resguardado e protegido de sofrimento, com direito a apoio, planejamento de sua participação, prioridade na tramitação do processo, celeridade processual, idoneidade do atendimento e limitação das intervenções;
- IX - ser ouvido em horário que lhe for mais adequado e conveniente, sempre que possível;
- X - ter segurança, com avaliação contínua sobre possibilidades de intimidação, ameaça e outras formas de violência;
- XI - ser assistido por profissional capacitado e **conhecer** os profissionais que participam dos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial;
- XII - ser reparado quando seus direitos forem violados;
- XIII - conviver em família e em comunidade;

XIV - ter as informações prestadas tratadas confidencialmente, sendo vedada a utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal;

XV - prestar declarações em formato adaptado à criança e ao adolescente com deficiência ou em idioma diverso do português.

Parágrafo único. O planejamento referido no inciso VIII, no caso de depoimento especial, será realizado entre os profissionais especializados e o juízo.

**Art. 6º** A criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência têm **direito** a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.

Parágrafo único. Os casos omissos nesta Lei serão interpretados à luz do disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e em normas conexas.

### TÍTULO III - DA ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL

ASPECTOS DO PROCESSO DE ESCUTA ESPECIALIZADA E DEPOIMENTO SEM DANO	
<b>Justificativa</b>	Visa evitar a inquirição de crianças e adolescentes em ambientes opressivos, como o fórum, especialmente em contextos criminais, e reduzir a revitimização associada à violência institucional.
<b>Propósito</b>	Proteger crianças e adolescentes de mais traumas durante a oitiva sobre violência, garantindo que técnicas adequadas sejam empregadas para minimizar impactos psicológicos.
<b>Aplicação</b>	Cabível em processos criminais e cíveis, demonstrando a importância de cuidados adequados nas diversas esferas judiciais que envolvem a participação de menores.

**Art. 7º** Escuta especializada é o **procedimento de entrevista** sobre situação de violência com criança ou adolescente **perante órgão da rede de proteção**, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

ASPECTOS DA ESCUTA ESPECIALIZADA	
<b>Finalidade Principal</b>	Visa à proteção integral da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.
<b>Legalidade: Decreto nº 9.603/18</b>	Artigo 19 §4º especifica que a escuta especializada não objetiva produzir provas, mas é limitada à proteção social e ao provimento de cuidados.
<b>Papel dos Profissionais</b>	Os profissionais da saúde e assistência social não devem buscar relatos exaustivos das vítimas, pois não é a finalidade de suas instituições realizar investigações.

**Art. 8º** Depoimento especial é o procedimento de **oitiva** de criança ou adolescente **vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária**.

Lei 14.344/2022 - Henry Borel - Art. 12. O depoimento da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar será colhido nos termos da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, observadas as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

**Art. 9º** A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.



**Art. 10.** A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em **local apropriado e acolhedor**, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

**Art. 11.** O **depoimento especial** reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

ASPECTOS DO DEPOIMENTO ESPECIAL	
<b>Finalidade</b>	Produzir prova, conforme o art. 22, caput, do Decreto nº 9.603/2018.
<b>Participação do Assistente do MP</b>	Não autorizada durante o depoimento especial na investigação ou denúncia prévia, pois sua intervenção é limitada à ação pública.
<b>Método de Produção de Prova</b>	Otimiza a escuta da criança ou adolescente em processos judiciais enquanto os preserva de potenciais danos pela inquirição.
<b>Realização</b>	Sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado

§ 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de **antecipação de prova**:

I - quando a criança ou o adolescente tiver **MENOS DE 7 (sete) anos**;

II - em caso de **violência sexual**.

#### **VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:**

É justificável a antecipação de prova no caso de depoimento especial de adolescente vítima de possível crime sexual - na forma da Lei n. 13.431/2017 - pela relevância da palavra da vítima em crimes dessa natureza e na sua urgência pela falibilidade da memória de crianças e adolescentes. STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 160.012/SC, Rel. Min. Messod Azulay Neto, julgado em 6/3/2023 (Info 767).

§ 2º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, **salvo quando justificada a sua imprescindibilidade** pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

**Art. 12.** O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:

I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, **sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais**;

II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;

III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;

IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;

V - o profissional especializado **PODERÁ** adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;

VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo.

PROCEDIMENTO DO DEPOIMENTO ESPECIAL	
<b>Informação e Planejamento</b>	Profissionais especializados devem informar à criança ou adolescente sobre o depoimento, direitos e procedimentos, sem leitura de peças processuais.
<b>Livre Narrativa</b>	Criança ou adolescente tem assegurada a livre narrativa sobre a violência; intervenção por profissionais apenas quando necessário para esclarecer fatos usando técnicas apropriadas.
<b>Transmissão em Tempo Real</b>	Durante o processo judicial, o depoimento é transmitido ao vivo para a sala de audiência, garantindo preservação de sigilo.
<b>Perguntas Complementares</b>	Depois da narrativa, juiz, consultando partes do processo, avalia a necessidade de perguntas adicionais, organizadas em blocos.
<b>Adaptação da Linguagem</b>	Profissionais podem reformular perguntas para melhor compreensão pela criança ou adolescente.
<b>Gravação do Depoimento</b>	Depoimento é gravado em áudio e vídeo para registro preciso e preservação dos relatos.

§ 1º À vítima ou testemunha de violência é **garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz**, se assim o entender.

§ 2º O juiz tomará todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.

§ 3º O profissional especializado comunicará ao juiz se verificar que a presença, na sala de audiência, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco, caso em que, fazendo constar em termo, será autorizado o afastamento do imputado.

§ 4º Nas hipóteses em que houver **risco à vida ou à integridade física da vítima ou testemunha**, o juiz tomará as medidas de proteção cabíveis, inclusive a restrição do disposto nos incisos III e VI deste artigo.

§ 5º As condições de preservação e de segurança da mídia relativa ao depoimento da criança ou do adolescente serão objeto de regulamentação, de forma a garantir o direito à intimidade e à privacidade da vítima ou testemunha.

§ 6º O depoimento especial tramitará em segredo de justiça.

#### **VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:**

**A Defensoria Pública pode ser intimada, de ofício, pelo Juízo para prestar assistência às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, nos procedimentos de escuta especializada, sem que isso represente sobreposição inconstitucional às funções do Ministério Público.** STJ. 6ª Turma. RMS 70.679-MG, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 26/9/2023 (Info 791).

<b>Custos Vulnerabilis</b>	- Defensoria Pública atua como protetora dos vulneráveis; intervenção em qualquer processo onde haja interesses de vulneráveis, independentemente de advogados particulares.
----------------------------	--

	- Atua como representante dos interesses gerais dos necessitados e não individualmente, amplificando a voz dos vulneráveis no processo.
<b>Intervenções Diversas</b>	- Aplica-se a vulnerabilidades sociais, técnicas, informacionais, além de econômicas; abrangendo crianças, idosos, indígenas, entre outros.
<b>Diferenças: Amicus Curiae vs. Custos Vulnerabilis</b>	- <b>Amicus Curiae:</b> Qualquer entidade pode intervir, com relevância e capacidade de oferta de novos elementos ao processo.
	- <b>Custos Vulnerabilis:</b> Exclusivo à Defensoria Pública, em causas envolvendo vulneráveis. Pode interpor qualquer recurso. Neste contexto, diferenças significaram exercício e escopo de intervenção distintos.
<b>Jurisprudência (STJ)</b>	- <b>Custos vulnerabilis</b> reconhecido na defesa dos vulneráveis, como em formação de precedentes para direitos humanos.
	- Princípio da intervenção mínima aplicado, menorizando a intervenção da Defensoria onde os direitos já são bem defendidos pelo Ministério Público.
<b>Princípio da Intervenção Mínima</b>	- Intervenção exercida por autoridades estritamente necessárias, foco em fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *A Defensoria Pública pode ser intimada, de ofício, pelo Juízo para prestar assistência às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, nos procedimentos de escuta especializada, sem que isso represente sobreposição*

## TÍTULO IV - DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 13.** Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **PODERÃO** promover, periodicamente, campanhas de conscientização da sociedade, promovendo a identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional.

**Art. 14.** As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde **DEVERÃO** adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência.

§ 1º As ações de que trata o **caput** observarão as seguintes diretrizes:

I - abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida;

II - capacitação interdisciplinar continuada, **preferencialmente** conjunta, dos profissionais;

III - estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento;

IV - planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento, respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias;

V - celeridade do atendimento, que deve ser realizado **imediatamente** - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência;



VI - priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva;

VII - mínima intervenção dos profissionais envolvidos; e

VIII - monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

§ 2º Nos casos de violência sexual, cabe ao responsável da rede de proteção garantir a urgência e a celeridade necessárias ao atendimento de saúde e à produção probatória, preservada a confidencialidade.

**Art. 15.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **PODERÃO** criar serviços de atendimento, de ouvidoria ou de resposta, pelos meios de comunicação disponíveis, integrados às redes de proteção, para receber denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. As denúncias recebidas **serão** encaminhadas:

I - à autoridade policial do local dos fatos, para apuração;

II - ao conselho tutelar, para aplicação de medidas de proteção; e

III - ao Ministério Público, nos casos que forem de sua atribuição específica.

**Art. 16.** O poder público **PODERÁ** criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem **atenção e atendimento integral e interinstitucional** às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares especializadas.

Parágrafo único. Os programas, serviços ou equipamentos públicos **PODERÃO** contar com **delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, varas especializadas, Ministério Público e Defensoria Pública**, entre outros possíveis de integração, e deverão estabelecer parcerias em caso de indisponibilidade de serviços de atendimento.

## CAPÍTULO II - DA SAÚDE

**Art. 17.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **PODERÃO** criar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), serviços para atenção integral à criança e ao adolescente em situação de violência, de forma a garantir o atendimento acolhedor.

**Art. 18.** A coleta, guarda provisória e preservação de material com vestígios de violência **serão** realizadas **pelo Instituto Médico Legal (IML) ou por serviço credenciado do sistema de saúde mais próximo**, que entregará o material para perícia imediata, observado o disposto no art. 5º desta Lei.

## CAPÍTULO III - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 19.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **PODERÃO** estabelecer, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os seguintes procedimentos:

I - elaboração de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares;

II - atenção à vulnerabilidade indireta dos demais membros da família decorrente da situação de violência, e solicitação, quando necessário, aos órgãos competentes, de inclusão da vítima ou testemunha e de suas famílias nas políticas, programas e serviços existentes;

III - avaliação e atenção às situações de intimidação, ameaça, constrangimento ou discriminação decorrentes da vitimização, inclusive durante o trâmite do processo judicial, as quais deverão ser comunicadas **imediatamente** à autoridade judicial para tomada de providências; e

IV - representação ao Ministério Público, nos casos de falta de responsável legal com capacidade protetiva em razão da situação de violência, para colocação da criança ou do adolescente sob os cuidados da família extensa, de família substituta ou de serviço de acolhimento familiar ou, em sua falta, institucional.

## CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA PÚBLICA

**Art. 20.** O poder público **PODERÁ** criar delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.

§ 1º Na elaboração de suas propostas orçamentárias, as unidades da Federação alocarão recursos para manutenção de equipes multidisciplinares destinadas a assessorar as delegacias especializadas.

§ 2º Até a criação do órgão previsto no **caput** deste artigo, a vítima será encaminhada **prioritariamente** a delegacia especializada **em temas de direitos humanos**.

§ 3º A tomada de depoimento especial da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência observará o disposto no art. 14 desta Lei.

**Art. 21.** Constatado que a criança ou o adolescente está em risco, a autoridade policial **requisitará** à autoridade judicial responsável, em qualquer momento dos procedimentos de investigação e responsabilização dos suspeitos, as medidas de proteção pertinentes, entre as quais:

I - **evitar o contato direto** da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência com o suposto autor da violência;

II - **solicitar o afastamento cautelar** do investigado da residência ou local de convivência, em se tratando de pessoa que tenha contato com a criança ou o adolescente;

III - **requerer a prisão preventiva do investigado**, quando houver suficientes indícios de ameaça à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência;

IV - **solicitar aos órgãos socioassistenciais a inclusão da vítima e de sua família nos atendimentos a que têm direito**;

V - **requerer a inclusão da criança ou do adolescente em programa de proteção a vítimas ou testemunhas ameaçadas**; e

VI - **representar ao Ministério Público para que proponha ação cautelar de antecipação de prova**, resguardados os pressupostos legais e as garantias previstas no art. 5º desta Lei, sempre que a demora possa causar prejuízo ao desenvolvimento da criança ou do adolescente.

**Art. 22.** Os órgãos policiais envolvidos envidarão esforços investigativos para que o depoimento especial **não seja o único meio de prova** para o julgamento do réu.

## CAPÍTULO V - DA JUSTIÇA

**Art. 23.** Os órgãos responsáveis pela organização judiciária **PODERÃO** criar juizados ou varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente.

Parágrafo único. Até a implementação do disposto no **caput** deste artigo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das práticas de violência ficarão, **preferencialmente**, a cargo dos juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins.

## TÍTULO V - DOS CRIMES

**Art. 24.** Violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja **assistido** por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

<b>Bem Jurídico Tutelado</b>	- Integridade psíquica e moral da criança e do adolescente. - Dignidade da criança e do adolescente.
<b>Sujeitos do Crime</b>	- <b>Sujeito Ativo:</b> Pode ser qualquer pessoa com acesso ao depoimento; inclui juízes, servidores públicos, membros do MP, advogados, e profissionais especializados. - <b>Sujeito Passivo:</b> Criança ou adolescente que depõe. O Estado é considerado como vítima institucional.
<b>Condutas Criminais</b>	- Violação do sigilo do depoimento ocorrendo quando um terceiro, sem autorização judicial e sem consentimento, assiste ao depoimento (ao vivo ou por gravação). - Qualquer conduta que não envolva assistência indevida ao depoimento é atípica ou pode constituir outro delito.
<b>Objeto Material</b>	- Depoimento especial de crianças/adolescentes na fase judicial; sigilo deve ser mantido. - Não há crime por violação de sigilo na fase investigativa, exceto sob outras definições legais (ex.: arts. 154 e 325 do CP).
<b>Natureza do Crime</b>	- Crime doloso, sem exigência de elemento subjetivo específico ou culpa.
<b>Consumação e Tentativa</b>	- Consuma-se quando terceiro assiste ao depoimento; tentativa é possível por se tratar de crime plurissubsistente.
<b>Ação Penal</b>	- Ação penal é pública incondicionada, dada a omissão legislativa sobre particularidade em contrário.
<b>Potencial Ofensivo</b>	- Considerado de médio potencial ofensivo; penalidade permite suspensão condicional do processo, mas não é competência do Juizado Especial Criminal pela pena máxima possível.
<b>Competência Judicial</b>	- Regra geral da Justiça Estadual, ou Justiça Federal se o depoimento for lá prestado.

## TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 25.** O art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) , passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 208. XI - de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência.

**Art. 26.** Cabe ao poder público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado da entrada em vigor desta Lei, emanar atos normativos necessários à sua efetividade.



**Art. 27.** Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da entrada em vigor desta Lei, estabelecer normas sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, no âmbito das respectivas competências.

**Art. 28.** Revoga-se o art. 248 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .

**Art. 29.** Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano de sua publicação oficial.

Brasília, 4 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

TABELA RESUMO Resolução CNJ Nº 299/2019	
Regulamenta o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, conforme a Lei nº 13.431/2017.	
<b>Prevenção da Violência Institucional e Articulação (Arts. 2º a 6º)</b>	<p>Devem contemplar a notificação compulsória (ECA), denúncia espontânea (Lei 13.431/2017), o depoimento especial (preferencialmente como produção antecipada de prova) e atendimentos paralelos à criança, adolescente e suas famílias.</p> <p>Tribunais devem elaborar material informativo específico voltado a crianças e adolescentes sobre os meios de denúncia e sua participação processual, especialmente sobre o depoimento especial.</p> <p>Tribunais devem regulamentar o compartilhamento de provas entre distintas jurisdições (criminais, família, infância e juventude) para evitar repetição da prova e violência institucional.</p>
<b>Salas de Depoimento Especial (Arts. 7º a 9º)</b>	<p>A implantação de salas de depoimento especial é obrigatória em todas as comarcas do território nacional.</p> <p>Os depoimentos devem ser colhidos em ambiente apropriado, seguindo as recomendações técnicas do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (prazo: 90 dias para providenciar o necessário).</p> <p>A transmissão <i>on-line</i> à sala de audiência é própria do depoimento especial, garantindo publicidade, transparência e ampla defesa.</p>
<b>Equipes para Depoimento Especial (Arts. 10 a 13)</b>	<p>Devem ser, preferencialmente, servidores do quadro da respectiva unidade da federação, integrantes das equipes técnicas interprofissionais, e devem receber capacitação específica.</p> <p>No caso de crianças e adolescentes pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais, a equipe técnica deverá ser integrada por profissional com formação ou conhecimento na área de antropologia.</p> <p>Em caso de ausência de equipes, tribunais poderão celebrar convênios (até a regularização do quadro). Na ausência de profissionais e convênios, podem capacitar e treinar pessoas com formação superior e remunerá-las como perícia.</p>
<b>Capacitação de Magistrados e Profissionais (Arts. 14 a 16)</b>	A capacitação é obrigatória, contínua, interdisciplinar e deve abarcar diversas áreas do conhecimento humano, observando preferencialmente os marcos do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense.
<b>Controle e Observância (Arts. 17 a 25)</b>	<p>Direitos: A criança/adolescente deve ser informada sobre seus direitos, a estrutura do procedimento, garantias de segurança e expectativas, incluindo o direito à assistência jurídica. É garantido o direito ao silêncio e a não prestar depoimento.</p>
	<p>Povos Indígenas: Será garantido intérprete ou outro meio eficaz, se necessário à comunicação. O órgão federal responsável pela política indigenista deve ser intimado da data do depoimento.</p>

	O magistrado deve zelar para que as perguntas das partes sejam concentradas, tanto quanto possível, em apenas um bloco, ressalvada necessidade excepcional.
	O depoimento especial deve ser <b>gravado em sua integralidade</b> .
	A oitiva de crianças e adolescentes por magistrados na forma do depoimento especial <b>não é faculdade procedimental</b> ; tribunais devem zelar pela estrita observância desse direito.
<b>Aprimoramento Institucional (Arts. 26 a 30)</b>	<b>Protocolo de Atendimento Indígena/Tradicional:</b> O Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) editará, no prazo de 180 dias, um protocolo específico para crianças e adolescentes vítimas de Comunidades e Povos Tradicionais.